

Comportamento Verbal E RFT: Convergências e Divergências a partir do Contextualismo

Verbal Behavior and RFT: Convergences and Divergences from a Contextualism Perspective

 EDUARDA DE OLIVEIRA E SILVA¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

 CAMILA MUCHON DE MELO¹

Resumo

A Teoria das Molduras Relacionais (RFT) é uma teoria relativamente recente na história da Análise do Comportamento, que se propôs a ampliar as proposições sobre a linguagem humana feitas por Skinner (1957) e Sidman (1971). Os proponentes da RFT, em suas publicações, costumam apontar a convergência de suas ideias com o Contextualismo Funcional. Em relação à teoria skinneriana, não há consenso a respeito, embora existam autores que defendem uma interpretação contextualista dela. O Contextualismo explorado por esses autores é o descrito pelo filósofo Stephen C. Pepper (1942). Portanto, este estudo tem como objetivo analisar os compromissos teóricos e filosóficos da teoria do Comportamento Verbal e da RFT em relação ao Contextualismo, e a partir disso delinear convergências e divergências entre as duas últimas. Para isso, foi realizada uma pesquisa teórico-conceitual, utilizando o procedimento de interpretação conceitual de texto (PICT). A partir da análise, pode-se perceber algumas semelhanças entre os compromissos filosóficos da teoria do Comportamento Verbal e da RFT. A principal semelhança que dá origem às outras é a questão do contexto. Ambas as teorias compartilham a noção de que o contexto ou ambiente não é apenas onde estão os determinantes do comportamento, mas também o que dá significado a ele. Como consequência dessa convergência, as concepções de comportamento operante, classe de respostas e significado são semelhantes. No entanto, a Teoria do Comportamento Verbal e a RFT têm várias diferenças na abordagem do comportamento operante, bem como no modelo explicativo para o comportamento verbal.

Palavras-chave: Comportamentalismo Radical, Teoria das Molduras Relacionais, Pesquisa teórico-conceitual, B. F. Skinner, S. C. Hayes.

Abstract

The Relational Frame Theory (RFT) is a relatively recent theory in the history of Behavior Analysis, which has proposed to broaden the propositions about human language made by Skinner (1957) and Sidman (1971). Proponents of RFT, in their publications, usually point out the convergence of their ideas with Functional Contextualism. Regarding the Skinnerian theory, there is no consensus on this, although there are authors who defend a contextualist interpretation of it. The contextualism explored by these authors is that described by the philosopher Stephen C. Pepper (1942). Therefore, this study aims to analyze the theoretical and philosophical commitments of the theory of Verbal Behavior and the RFT in relation to Contextualism, and from this delineate convergences and divergences between the last two. For this, it was done a theoretical-conceptual research, using the conceptual text interpretation procedure (PICT). From the analysis, one can notice some similarities between the philosophical commitments of Verbal Behavior theory and RFT. The main similarity that gives rise to the others is the matter of context. Both theories share the notion that context or environment is not only where the determinants of behavior lie, but also what gives meaning to behavior. As a consequence of this convergence, the conceptions of operant behavior, class of responses, and meaning are similar. However, a theory of verbal behavior and RFT have several differences in approaching operant behavior and the explanatory model for verbal behavior.

Keywords: Radical Behaviorism, Relational Frame Theory, Theoretical-conceptual Research, B. F. Skinner, S. C. Hayes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio de bolsa de mestrado da primeira autora e também por meio do fomento aos Programas de Pós-Graduação por essa agência - Código de Financiamento 001

 camuchon@uel.br; oliveiraesilva.eduarda@gmail.com

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V17I2.11008](http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11008)

O comportamento verbal, de acordo com Skinner (1957), é um tipo de comportamento operante. Dessa forma, age sobre o ambiente e é afetado pelas consequências da modificação do mesmo. Sendo que, são as consequências – de reforço e de punição – que quando produzidas, indicarão a probabilidade de uma classe de respostas voltar a ocorrer. O que diferencia o comportamento verbal dos demais operantes é a consequência que ele produz, que é mediada por outro indivíduo. Empregado desta maneira, o termo mediado significa que, diferentemente do comportamento não verbal, o comportamento verbal afeta primeiramente o comportamento de outro indivíduo, o ouvinte, que no passado, teve o comportamento consequenciador modelado pela comunidade verbal (Bandini & De Rose, 2006).

Sobre o comportamento do ouvinte, Skinner (1957) destaca que ao servir de mediador para as consequências do comportamento do falante, tal comportamento não é necessariamente verbal. O comportamento do ouvinte muitas vezes não é nem passível de distinção do comportamento operante no geral. Para o autor, uma descrição adequada do comportamento verbal do ouvinte necessita se ater apenas aos aspectos necessários para explicar o comportamento do falante. O comportamento do falante e do ouvinte juntos constituem o que Skinner (1957) chamou de episódio verbal total. Nesse sentido, o comportamento verbal do falante pode ser estudado presumindo um ouvinte, e o comportamento verbal do ouvinte supondo um falante. Contudo, o comportamento verbal é dinâmico, e o indivíduo que em dado momento é o ouvinte em outro pode se tornar o falante, e também há a possibilidade de o falante e o ouvinte serem a mesma pessoa.

Tal compreensão a respeito do comportamento verbal foi apresentada por Skinner em 1957 na sua obra *Verbal Behavior*. Desde então, a Análise do Comportamento, como ciência, continua se dedicando aos estudos experimentais, aplicados e teóricos sobre o comportamento verbal. Contudo, existem críticas da abordagem skinneriana do comportamento verbal, tanto de analistas do comportamento, quanto de estudiosos de outros campos da Psicologia e da linguagem. Em meio a esse contexto, na década de 1980 começam a despontar outras teorias que buscam ampliar o entendimento do comportamento verbal no âmbito da Análise do Comportamento, por meio tanto de pesquisas empíricas, quanto aplicadas e teóricas.

Entre tais propostas encontra-se a Teoria das Molduras Relacionais. A RFT (sigla em inglês de “*Relational Frame Theory*”) é um conjunto de formulações, derivadas da pesquisa empírica e fundamentada em pressupostos analítico-comportamentais, e do Contextualismo Funcional, que tem por objetivo elucidar fenômenos relacionados à linguagem e cognição humanas. Tal teoria foi proposta por Steven Hayes e seus colaboradores (Robert Zettle, Aaron Brownstein, Dermot Barnes-Holmes e Bryan Roche) na década de 1980, e teve como ponto de partida a teoria da Equivalência de Estímulos de Murray Sidman (1971). A obra de principal referência da teoria é *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition* (2001) de autoria de Barnes-Holmes, Hayes e Roche. (Boavista, 2015).

O termo molduras relacionais, na RFT, está associado a uma metáfora, que se refere a recursos funcionais característicos de algumas classes de respostas. Tal metáfora visa elucidar que assim como uma moldura pode emoldurar diversas imagens, e uma mesma imagem, a depender da moldura, tem seu sentido alterado, uma classe de respostas fornece um padrão funcional geral, mas é o contexto atual que estabelece as características formais dos estímulos, nos quais as classes de resposta irão operar. O termo “moldura relacional” também tem por objetivo indicar tipos particulares de respostas relacionais. Assim, as molduras relacionais são tanto um fenômeno, quanto um processo. Elucidando, “responder relacional arbitrariamente aplicável” é o nome genérico para o comportamento desse tipo, enquanto uma moldura relacional é um tipo específico de tal resposta. Dito de forma mais técnica, uma moldura relacional é uma classe de respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis (Hayes, Fox, et al., 2001).

Antes de esclarecer acerca do responder relacional arbitrariamente aplicável, é necessário clarificar o que seria o responder relacional, que já era estudado no campo do comportamento, antes da teoria da RFT surgir. A maioria dos indivíduos, dado o treinamento apropriado, é capaz de responder às relações entre as propriedades físicas de dois ou mais estímulos. É disso que se trata o responder relacional, a emissão de uma resposta baseada nas características formais dos estímulos (Hayes, Fox, et al., 2001). “Por exemplo, a propriedade “maior” (dica contextual) só pode ser estabelecida a partir da relação entre um estímulo que, naquele contexto, é menor e outro que, naquele contexto, é maior” (Boavista, 2015, p. 164).

Já a resposta relacional arbitrariamente aplicável não se baseia apenas nas propriedades físicas da relação entre estímulos. Assim, ela opera sobre qualquer estímulo do contexto relacional apropriado, ou seja, ela é arbitrariamente aplicável. O termo arbitrariamente aplicável é empregado no sentido de que, em alguns contextos, essa resposta está sob o controle de dicas contextuais que podem ser modificadas com base nas relações sociais

(Hayes, Fox, et al., 2001). Tais respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis são contextualmente controladas e podem ser arbitrariamente aplicadas a quaisquer conjuntos de estímulos. Por exemplo, na frase: “o maior pintor de todos os tempos é Pablo Picasso” a palavra maior, nesse caso, não está se referindo a altura, mas sim a importância de Picasso para as artes (Perez et al., 2013).

Conforme já dito, além de ter como ponto de partida a Equivalência de Estímulos, a RFT também possui influência do Contextualismo Funcional, que é uma teoria que nega que os eventos se influenciem de forma mecânica (Barbosa & Murta, 2014; Saban, 2015). De acordo com Hayes (2016), o Contextualismo Funcional se caracteriza por: considerar um evento como um todo, e não apenas parte dele, pois toda ação ocorre em um contexto situacional e histórico; dar importância ao contexto, no que diz respeito à compreensão da natureza e função de um evento; utilizar um critério de verdade pragmático e estabelecer metas científicas, que quando alcançadas, validam a análise.

Os proponentes da RFT, em suas publicações, costumam pontuar a convergência de suas ideias com o Contextualismo Funcional. Já com relação à obra de Skinner não há um consenso a esse respeito, apesar de haver autores que defendem uma interpretação contextualista – ou interpretações convergentes com o contextualismo – da obra do autor. Dentre eles podemos citar: Abib (1994), Carrara (2004), Lopes et al., (2012) e Morris (1988, 1993, 1997). Cabe ressaltar aqui que o Contextualismo possui várias vertentes, dentre elas o Contextualismo Funcional. O Contextualismo explorado pelos autores acima citados, com o qual eles procuraram traçar convergências tanto com a obra skinneriana, como com a RFT é aquele descrito pelo filósofo Stephen C. Pepper (1942) em sua obra *World Hypotheses: A study in evidence*.

Por fim, a RFT é uma teoria relativamente recente na história da Análise do Comportamento, com o início de suas publicações nos anos 1980, que se propôs a ampliar as proposições, sobre a linguagem humana, feitas por Skinner em 1957 na obra *Verbal Behavior*, e também aquelas feitas por Sidman (1971) sobre a Equivalência de Estímulos (Hayes, Blackledge, et al., 2001). Assim, se faz importante, para a área da Análise do Comportamento, que sejam realizadas análises comparativas entre as duas. Para que isso fosse feito de forma mais consistente, foi determinado o enfoque do Contextualismo. Desse modo, este estudo teve como objetivo analisar os compromissos teóricos e filosóficos da teoria do Comportamento Verbal e da RFT em relação ao Contextualismo, e a partir disso delinear convergências e divergências entre as duas teorias.

Método

Este estudo se constitui como uma pesquisa teórico-conceitual, e seu procedimento foi composto de três fases essenciais: (1) seleção dos textos; (2) procedimento de interpretação conceitual de texto (PICT) e (3) sistematização dos resultados.

A etapa de seleção de textos possuiu dois objetivos, a seleção de textos fundamentais e a seleção de textos auxiliares. O conjunto de textos fundamentais foi formado por alguns capítulos da obra *Verbal Behavior* (Skinner, 1957), da obra *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (Hayes, Barnes-Holmes, et al., 2001) e um capítulo do *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (Zettle et al., 2016). As duas primeiras obras foram escolhidas por serem as principais sobre a teoria do Comportamento Verbal e sobre a Teoria das Molduras Relacionais, respectivamente. A última obra foi selecionada por fornecer um panorama recente da RFT, pois essa teoria vem sofrendo algumas reformulações de seus conceitos desde as suas publicações iniciais. A seleção teve como base uma análise do *index* das obras. Tal análise consistiu, primeiramente, em elencar palavras-chave consideradas mais relevantes para cada uma das teorias, para ambas e para a temática da linguagem no geral: significado, referência, cognição, linguagem e pensamento.

Os textos auxiliares compreenderam aqueles de comentadores das obras dos autores acima citados e também alguns capítulos da obra *World Hypotheses: a study in evidence* (Pepper, 1942) que apresentam a visão contextualista de Pepper. Os demais textos auxiliares, foram aqueles de conhecimento prévio das autoras do estudo.

O PICT é um procedimento que auxilia na interpretação de um texto psicológico, descrito por Laurenti e Lopes (2016). É constituído em quatro etapas: levantamento dos principais conceitos do texto; caracterização das teses tradicionais, críticas e teses alternativas do texto; elaboração de esquemas e, por fim, uma síntese interpretativa. Essa análise foi realizada apenas com o conjunto de textos fundamentais.

As sínteses interpretativas foram articuladas dando origem a um texto final, cujo objetivo foi responder ao problema de pesquisa. O que se segue é o produto dessa análise em que serão apresentados aspectos do Contextualismo, da Teoria do Comportamento Verbal, da Relational Frame Theory e, por fim, as convergências e divergências entre essas duas últimas.

Contextualismo

Pepper (1942) salienta que duas características definidoras do Contextualismo são a mudança e a novidade. Essas duas características acarretam em uma série de implicações para a teoria do Contextualismo. A primeira delas é a respeito das categorias e subcategorias de análise. O autor elucida que, de modo geral, ao analisar um fenômeno as teorias partem do pressuposto que as subcategorias de análise (menos abrangentes e mais específicas) são derivadas de categorias de análise (mais abrangente e menos específicas). Entretanto, para o Contextualismo o que em um dado momento é uma subcategoria, pode tornar-se, em outro momento, uma categoria que dará origem a novas subcategorias. O autor afirma que esse aspecto do Contextualismo demonstra uma “desordem” (Pepper, 1942, p.242) própria dos fenômenos. Contudo deve-se admitir a possibilidade de se encontrar certo grau de ordem, que posteriormente pode dar origem a desordem novamente.

Outra implicação da mudança e da novidade, segundo Pepper (1942) é que, a princípio, para o Contextualismo nada é “impossível” de ocorrer, ou seja, a mudança e a novidade abrem a possibilidade para que os eventos sejam compreendidos como indeterminados. Entretanto, só é possível lidar com o mundo da maneira que ele se encontra no momento. Isso implica que os eventos desta época exibem uma estrutura que pode ser compreendida como relativamente uniforme. Essa relativa uniformidade é traduzida no Contextualismo nos conceitos de qualidade e trama.

A qualidade descreve a natureza de um ato e a trama os detalhes e relações que compõem a qualidade. Cada um desses conceitos também é definido por outros conceitos que os constituem. A qualidade, por exemplo, é composta de extensão e fusão. A extensão refere-se ao presente de um ato estendido no contexto, isso significa que o passado e o futuro de um ato existem no ato em andamento. Já fusão refere-se à integração dos elementos de um determinado evento (Pepper, 1942). Por exemplo, a limonada é composta de água, limões e açúcar, que nessa análise são interpretados como tramas. A limonada é interpretada como qualidade, e por causa da fusão se torna muito difícil analisar cada ingrediente separadamente (Hayes et al.,1988).

A trama é composta por outros três componentes: fios (*strand*), contexto e referência. Os fios são interconexões entre os elementos de um ato que participam diretamente da sua qualidade. O contexto é constituído pelas interconexões entre os fios, contribuindo indiretamente para a qualidade de um determinado ato. O terceiro componente da trama é a referência. A referência diz respeito às relações temporais entre os elementos de um ato (Hayes et al. 1988; Pepper, 1942).

Uma questão importante sobre esses conceitos do Contextualismo é que qualquer fio de uma trama pode ser analisado como qualidade. Isso quer dizer que as partes, sendo derivadas, podem ser derivadas de várias maneiras, e nada impediria que esse processo continuasse *ad infinitum* (Hayes et al. 1988; Pepper, 1942). Entretanto, o que faz com que isso não ocorra é o fato de que a análise deve somente ser conduzida até o ponto em que sua finalidade é alcançada. Portanto, quando uma análise cumpre seu propósito ela é tida como “verdadeira” (Hayes & Hayes, 1992).

Levando em consideração o que foi dito, pode-se concluir que para o Contextualismo, qualquer fenômeno só pode ser compreendido a partir do contexto. Outra questão relevante é que, na visão Contextualista as partes que compõem um fenômeno são entendidas apenas em relação umas às outras e em relação ao todo, nenhuma das partes tem significado em si mesmas. Em vez disso, o significado surge através do relacionamento das várias partes (Pepper, 1942).

Teoria do Comportamento Verbal

Um importante ponto que a obra *Verbal Behavior*(1957) apresenta é a crítica skinneriana a respeito das teorias tradicionais do significado. Uma delas é a teoria da referência, utilizada pela semântica para elucidar a questão do significado. A teoria da referência compreende que para cada objeto no mundo existe uma palavra referente que denomina tal objeto, ou seja, cada resposta “se refere a”, “nomeia”, “indica”, “fala sobre”, “designa” ou “representa” seu estímulo. A crítica de Skinner (1957) a essa compreensão se dirige ao fato de que apesar de focar tanto a resposta quanto o estímulo, ela não traça uma relação funcional entre eles, ou seja, não é possível afirmar nada além de que um determinado estímulo aumenta a probabilidade de ocorrência de uma determinada resposta. Tais termos destacam a resposta verbal, mas não sua relação de controle. Outra questão levantada por Skinner (1957), é que podemos chamar diversos objetos por um mesmo nome, por exemplo, podemos denominar diversas cadeiras, com a palavra “cadeira”, porque uma comunidade, por meio de reforço diferencial, colocou os indivíduos sob controle dos estímulos ou das propriedades do estímulo que compõem o objeto cadeira, com base na sua função. Pode-se chamar de cadeira

qualquer objeto com essa função, mesmo sem ter visto uma cadeira específica anteriormente. Por esse motivo parece equivocado afirmar que para cada objeto existe uma palavra que corresponde somente a ele.

Diante desses argumentos contrários à teoria da referência, Skinner (1957) propõe uma tese alternativa que é o conceito de tato, que elucidada, entre outras coisas, que se uma resposta é reforçada em uma situação, qualquer estímulo presente nessa ocasião, ou qualquer propriedade de um estímulo, pode adquirir em alguma medida o controle sobre o comportamento verbal. O termo tato se refere a “estar em contato”. Esse operante verbal se caracteriza por ser mantido por reforço generalizado e controlado por estímulos discriminativos não verbais, como, por exemplo, objetos, eventos ou propriedades de objetos ou eventos. Outra característica importante do tato é que ele atua em “prol” do ouvinte, diferentemente de outros operantes verbais, como o mando, por exemplo. Isso porque, ele aumenta o contato do ouvinte com o ambiente. Por esse motivo é que a comunidade verbal reforça esse tipo de operante (Bandini & De Rose, 2006).

Dois processos complementares são característicos no controle de estímulos nos tatos: a generalização e a abstração. Esses dois processos são responsáveis pelo estabelecimento desse tipo de operante. A generalização é o processo no qual ocorre a ampliação de estímulos discriminativos presentes nas ocasiões nas quais uma resposta poderia ser emitida. Quando uma resposta, membro de uma classe, é reforçada em uma dada ocasião, qualquer estímulo ou propriedade do estímulo presente na ocasião pode exercer controle sobre a emissão daquela classe de resposta. Já no processo de abstração ocorre o oposto, há uma redução das situações nas quais os tatos podem ser emitidos. Essa diminuição é consequência do reforçamento promovido pela comunidade verbal, no qual uma resposta é colocada sob controle de propriedades específicas de estímulos ou eventos (Bandini & De Rose, 2006).

Contudo, tal modo de compreender os fenômenos relativos ao comportamento verbal recebeu críticas tanto de outras áreas do conhecimento, como também de analistas do comportamento. Uma das questões apontadas por Hayes, Blackledge, et al. (2001), é a conceituação de comportamento verbal. Para a teoria skinneriana, comportamento verbal seria todo comportamento do falante que venha a ser consequenciado por meio da mediação de um ouvinte, que foi modelado por uma comunidade verbal para exercer tal mediação. Essa definição é criticada pelos autores, eles afirmam que ela teria problemas conceituais e não seria funcional. O argumento utilizado por eles é o de que a definição parte da história de outro organismo, o ouvinte, para conceituar o comportamento do falante. Os autores ressaltam que nenhum outro conceito da Análise do Comportamento é definido dessa forma, pois em geral a definição se dá partir da história de um único organismo e das circunstâncias contextuais atuais. Para os autores esse também seria um equívoco de ordem empírica, pois parece haver necessidade de estudar a história do ouvinte para categorizar o comportamento do falante. Contudo, o comportamento verbal é um tipo de comportamento social. Por definição, o comportamento social é considerado como o comportamento de duas ou mais pessoas em relação uma à outra, ou ainda, o comportamento de duas ou mais pessoas em relação ao ambiente em comum (Skinner, 1953/1965). Assim, a conceituação de comportamento verbal, não é a única na Análise do Comportamento a ser definida a partir da história de mais de um organismo. Também, pelo comportamento verbal se tratar de um comportamento social é coerente com a teoria skinneriana que ele seja analisado sem que seja desvinculado do contexto no qual ele ocorre, que é o contexto social. Além disso, de um ponto de vista contextual, seria contraditório separar o comportamento do ouvinte do comportamento do falante, já que nessa perspectiva nenhum estímulo possui significado em si mesmo.

Outra questão sobre a teoria do comportamento verbal de Skinner apontada por Hayes, Blackledge, et al. (2001) é que tal teoria foi elaborada a partir de interpretações dos, já anteriormente conhecidos, dados acerca do comportamento operante. Contrariando a tradição analítico comportamental de desenvolver suas teorias partindo da ciência básica em direção à aplicada. Para os autores a consequência disso foi que até aquele momento, nenhum pesquisador conseguiu elaborar um meio adequado para que uma análise experimental do comportamento verbal fosse possível. Na ausência de um meio de fazer uma análise experimental, alguém que tente usar as categorias de comportamento verbal de Skinner, deve confiar na topografia da resposta ou fazer especulações acerca de sua história e função. Embora, a teoria do Comportamento Verbal, a princípio tenha sido desenvolvida de maneira interpretativa, atualmente há diversas pesquisas básicas sendo realizadas que se embasam nessa teoria skinneriana. O artigo de Fidalgo e Banaco (2014), por exemplo, aponta que entre 1968 e 2012, das 230 dissertações e teses defendidas no Brasil sobre o Comportamento Verbal, 37% eram de pesquisas básicas.

Relational Frame Theory

As críticas apresentadas nos últimos parágrafos da sessão anterior, da RFT endereçadas à teoria do Comportamento Verbal, foram fundamentais para a RFT; no sentido de que a busca por responder aquilo que

consideravam inconsistências da teoria skinneriana foi um dos pontos que levaram ao desenvolvimento dessa teoria (Hayes, Blackledge, et al., 2001).

Na RFT, o RRAA representa um tipo de comportamento que acelera rapidamente a aprendizagem na medida em que cada vez mais estímulos são relacionados. Por exemplo, uma vez que um indivíduo tenha aprendido a responder de uma maneira arbitrariamente aplicável, ele pode relacionar qualquer estímulo a outro de um número quase infinito de maneiras. Um indivíduo pode relacionar estímulos sem semelhança física (como palavras faladas, palavras escritas e imagens) e essas relações podem vir a controlar como ele subsequente responde (Hayes, Fox, et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Por meio de interações precoces da linguagem natural, os bebês humanos são expostos a uma ampla variedade de estímulos e contextos nos quais as consequências diferenciais são fornecidas. Essa relação, entre estímulo e contexto, baseia-se inicialmente nas propriedades não arbitrárias dos estímulos envolvidos, mas a exposição a um número suficiente de exemplares de topografia variável faz com que determinadas propriedades do estímulo se tornem “irrelevantes” e coloca a relação funcional sob o controle de sinais contextuais arbitrários. Quando diferentes tipos de relação são abstraídos e colocados sob o controle de estímulos, chamados pela RFT de dicas contextuais, que se estendem além das propriedades físicas dos eventos relacionados, a resposta relacional é considerada arbitrariamente aplicável (Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Um dos termos que definem as molduras relacionais é a implicação mútua. Esse termo é utilizado para descrever a bidirecionalidade própria das respostas relacionais, mesmo quando esta não é simétrica. Assim, uma relação entre dois eventos envolve responder a um evento em termos de outro e vice-versa. Por exemplo, se um estímulo A está relacionado ao B, então B está relacionado a A. Se A for maior que B, então B é menor que A. Se a primeira relação for especificada, a segunda é implicada, por isso o termo implicação mútua (Hayes, Fox, et al., 2001).

Por sua vez, o termo implicação combinatória denota uma relação de estímulos derivados em que duas ou mais relações de estímulo (treinadas ou derivadas) se combinam mutuamente. Por exemplo, a implicação combinatória se aplica quando, em um determinado contexto, o estímulo A está relacionado a B e B está relacionado a C, então, como resultado, A e C estão mutuamente relacionados nesse contexto (Hayes, Fox, et al., 2001).

Para explicar melhor a concepção da transformação de função, os autores dão o seguinte exemplo de uma moldura de oposição: há um indivíduo treinado para escolher o estímulo B como sendo oposto do estímulo A. Suponha que A passe a ser emparelhado com perda de pontos. Pode-se, então, prever que B passaria a ter funções reforçadoras, sem que isso tenha sido diretamente treinado, em virtude de sua relação “oposta” ao estímulo A que passou a ter função punitiva. Segundo, Hayes et al. (2001), não parece correto dizer que a função reforçadora se “transferiu”, porque, nesse caso, a aquisição foi indireta, por conta da relação de oposição entre os estímulos A e B. Outro aspecto importante de se salientar sobre a transformação de função é que ela deve estar sob controle contextual. Pois, geralmente os estímulos adquirem diversas funções, se todas as funções de um estímulo forem transferidas para outro, deixará de haver dois estímulos separados.

Retomando a questão das molduras relacionais, de acordo com os teóricos da RFT, até o momento foi possível definir as seguintes molduras relacionais (Hayes, Fox et al., 2001; Perez et al., 2013): a) Coordenação: abrange as relações de identidade, igualdade ou semelhança (isso é igual ou semelhante a aquilo). b) Oposição: descreve a relação entre um estímulo que difere de outro na direção oposta ao longo de um *continuum*. c) Distinção: se diferencia da moldura de oposição no sentido de que resposta apropriada não é especificada. d) Comparação: envolve responder a um evento em termos de uma relação quantitativa ou qualitativa ao longo de uma dimensão especificada com outro evento. e) Hierárquicas: são as relações que compreendem a noção de “parte-todo” ou “atributo de”. f) Temporais: são basicamente semelhantes as molduras de comparação. Entretanto, a mudança do tempo é sempre unidirecional, do “agora” para o novo “agora”. g) Dêiticas: podem ser definidas por especificarem a perspectiva do falante, são exemplo as relações: eu/você, aqui/lá, agora/e naquele momento.

A partir de um conjunto de várias molduras, originam-se as redes relacionais, que correlacionam classes relacionais com outras classes relacionais. Isso significa que se tomarmos como exemplo uma classe de estímulos que está em uma relação de oposição com outra classe, tal relação de oposição se estende para todos os estímulos contidos em uma classe, e todos eles serão opostos a todos os outros da outra classe (Hayes, Fox, et al., 2001).

Com o intuito de propor uma estrutura conceitual para orientar as pesquisas acerca das molduras relacionais, os proponentes da RFT elaboraram um modelo denominado multidimensional multinível ou MDML. O modelo do MDML é composto por quatro dimensões, são elas: coerência, complexidade, derivação e flexibilidade; e cinco níveis: implicação mútua, molduras relacionais, redes relacionais, relacionando relações, relacionando de redes relacionais (Barnes-Holmes et al., 2016; Barnes-Holmes et al., 2017).

Ao conceituar cada uma das dimensões, pode-se dizer que a coerência se refere à medida que um padrão particular de resposta relacional produz consequências relativamente consistentes. Por exemplo, se alguém disser que A é maior que B, é esperado que se conclua que B é menor que A. Por sua vez, a complexidade refere-se às várias maneiras pelas quais os padrões de respostas relacionais podem diferir em termos de propriedades, tais como número de estímulos e variedades de controle contextual. Por exemplo, todas as coisas sendo iguais, uma resposta relacional mutuamente implicada é menos complexa do que uma resposta relacional combinatoriamente implicada. Derivação refere-se à frequência em que um determinado padrão de resposta relacional foi anteriormente derivada. A primeira vez que uma resposta derivada é emitida ela é altamente derivada (nova ou emergente), assim, o nível de derivação diminui à medida que a resposta se torna mais frequente. Por fim, as respostas podem ser relativamente mais flexíveis ou inflexíveis. Por exemplo, uma resposta será mais flexível quanto mais “sensível” às variáveis contextuais atuais o indivíduo estiver (Barnes-Holmes et al., 2017).

A coerência, complexidade, derivação e flexibilidade, interação em múltiplos níveis (os cinco níveis descritos acima) do desenvolvimento comportamental, o que resulta em uma infinidade de possíveis unidades de análise. E cada uma dessas unidades pode ser conceituada como uma classe de resposta verbal ou relacional. Desse modo, o MDML visa evidenciar a natureza operante e verbal, do RRAA, com foco na influência das contingências diretas em suas unidades operantes (verbais) de análise, desde as respostas relacionais básicas até as mais complexas (Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Convergências e Divergências entre a Teoria do Comportamento Verbal e a Relational Frame Theory

Primeiramente é importante ressaltar que, o modo com que a teoria skinneriana define os estímulos e respostas em termos de propriedades físicas, como, cor, textura, tamanho, etc., remete a uma forma fisicalista, que pode levar a conclusão de que cada instância do comportamento pode ser analisada separada das demais. Ou ainda, se for interpretado que o ponto de partida para a análise é o estímulo, tal teoria se distanciaria de forma importante da compreensão contextualista dos fenômenos. Pois, do ponto de vista contextualista o ponto de partida da análise não pode ser o estímulo, o início deve ser sempre a relação que se dá em um contexto. Contudo, o fato de o comportamento operante ser definido em termos de classe de respostas que se relaciona com uma classe de estímulos, que só podem ser definidas a partir de um contexto, abre precedente para uma interpretação contextualista da teoria skinneriana (Biglan & Hayes, 2016; Carrara, 2004).

Conforme já elucidado, a teoria do Comportamento Verbal possui críticas às teorias tradicionais do significado, principalmente à teoria da referência. De acordo com Abib (1994) a teoria skinneriana do significado é inteiramente anti-referencial e se constitui como uma teoria contextual do significado. O autor sustenta essa afirmação em quatro pontos: primeiro, o comportamento verbal se mantém por meio de contingências reforçadoras que ocorrem em um contexto linguístico e cultural. Segundo, o que explica a emissão do comportamento verbal é toda a história de reforçamento, e não apenas o reforço em uma situação específica. Terceiro, é a relação de contingências de reforço que concede significado ao comportamento verbal. Quarto, dessa perspectiva, o significado é o que explica a emissão do comportamento verbal. Ou seja, “(...) é o contexto da linguagem e da cultura que constrói o significado que explica a emissão do comportamento verbal” (Abib, 1994, p. 484).

Para elucidar melhor como a teoria skinneriana do significado pode ser contextualista, usar-se-á algumas colocações de Morris (1988) a respeito desse assunto. De acordo com esse autor, a concepção que a teoria skinneriana possui do significado é holística, no sentido que nem as respostas, tampouco os estímulos possuem função ou significado em si mesmos, e esse significado surge apenas em relação ao contexto. Ele ainda acrescenta que, para a Análise do Comportamento não existem estímulos que tenham uma função definida *a priori* ou fora de um contexto. Por isso, segundo Morris (1988), o fluxo comportamental e seus recortes de análise são fluídos e estão em constante mudança.

Essas questões levantadas por Abib (1994) e por Morris (1988) estão relacionadas à perspectiva contextualista no sentido de que, para essa teoria, o contexto não é apenas onde se encontram os determinantes do comportamento, que podem ser de diversos níveis, biológico, social, cultural, etc. O contexto, para o Contextualismo e por consequência para uma interpretação contextualista da teoria skinneriana, é onde o significado do comportamento emerge. Pois, o comportamento não é mera interação entre estímulos, mas sim entre estímulos que possuem relações funcionalmente estabelecidas pelo contexto. Outra consideração sobre a teoria skinneriana e o Contextualismo, diz respeito à definição de contexto, que não abrange apenas o ambiente público, mas o ambiente privado também, considerando assim que

os estímulos privados possuem a mesma natureza que os estímulos públicos, e o que difere um do outro é a acessibilidade do cientista a esses eventos (Morris, 1988).

Como foi dito no parágrafo anterior, para compreender a questão do contexto e do significado, é preciso entender que as relações entre os estímulos são funcionais. O termo relação funcional está no centro da compreensão de causalidade para a Análise do Comportamento. Esse termo dissolve a ideia de causalidade linear, que remete às origens mecanicistas do Behaviorismo, para explicar o comportamento levando em consideração o contexto atual e histórico no qual o comportamento se dá. De acordo com essa perspectiva, a ideia de causa pode ser substituída por uma mudança em uma variável independente e a ideia de efeito por uma mudança em uma variável dependente. Assim, o que era descrito como causa e efeito agora é explicado como relações funcionais entre variáveis (Carrara, 2004; Morris, 1988).

De forma semelhante à teoria do Comportamento Verbal, Hayes, Blackledge, et al. (2001) afirmam que a RFT, por se tratar de uma teoria analítico comportamental a respeito da linguagem e cognição, compreende que as palavras não são referentes das ideias ou produtos da mente humana, e que uma resposta satisfatória para essas questões poderia perfeitamente ser encontrada nas relações funcionais entre comportamentos. Assim, cognição é um comportamento e não um produto de uma mente que se encontra dentro dos indivíduos.

Além disso, a RFT afirma que o responder relacional arbitrariamente aplicável é um operante. No sentido que, operantes são classes de comportamentos formadas a partir de seus efeitos funcionais em determinados contextos. De acordo com Hayes et al. (1988), várias das características do comportamento operante correspondem a conceitos centrais do Contextualismo. Segundo os autores, da mesma maneira que um operante é definido como uma relação entre estímulos - antecedentes, a resposta e a consequência - o *atopara* os contextualistas só pode ser considerado a partir de um contexto. Dessa maneira, uma perspectiva contextual enfoca o comportamento dos organismos interagindo com e em um contexto, sendo que é levado em conta tanto o contexto histórico quanto o situacional. Ou seja, o ato situado no contexto está sempre em andamento, e o comportamento se assemelha sempre mais a um verbo do que a um substantivo (Carrara, 2004; Hayes et al., 2012). Esta questão do Contextualismo pode ser vista na RFT no conceito de molduras relacionais, que engloba a definição de classes de respostas, que são padrões funcionais gerais, e o conceito de contexto, que é o estímulo formal específico no qual a classe de resposta irá operar. Assim, o comportamento nesse caso seria “emoldurar eventos relacionalmente” (Hayes, Fox, et al., 2001).

Outros dois conceitos que permeiam tanto a teoria do Comportamento Verbal quanto a RFT são a ideia de classe de respostas e de multideterminação do comportamento. Pois, para se definir o que são respostas de uma mesma classe, leva-se em consideração a função da resposta, e não a sua topografia, o que é bastante relevante para a questão do comportamento verbal. Já que as definições dos operantes verbais são baseadas primordialmente nas suas funções e não nas suas topografias. A multideterminação do comportamento também se faz importante para a questão do comportamento verbal, segundo Carrara (2004), por dois motivos principais. Primeiro, a ocorrência de uma única resposta pode ser função de mais de uma variável. Segundo, uma só variável geralmente afeta mais de uma resposta. De acordo com o autor, seria impossível oferecer uma explicação completa do fenômeno que incluísse todas as variáveis. Assim, o que a obra skinneriana apresenta é uma delimitação das variáveis a serem analisadas, para que seja possível uma explicação efetiva do fenômeno.

Com relação a RFT, no que diz respeito ao conceito de classe de resposta, uma convergência que pode ser traçada com o Contextualismo é a questão da restrição quanto a complexidade de um operante. Não há restrição desde que seja possível demonstrar um controle contextual e consequencial sobre o comportamento que está sendo analisado. A participação em uma classe operante não depende das características formais do comportamento envolvido, desde que elas produzam efeitos comuns no ambiente. Assim, um operante não possui limites fixos pré-determinados. O que pode acontecer, é analisar um operante “maior”, como uma composição de elementos “menores”. Entretanto, esse tipo de análise, não exclui examinar os elementos como comportamentos operantes em si mesmos.

De modo semelhante, Pepper (1942), afirma que um filamento da textura pode ser analisado e, conseqüentemente, tornar-se a qualidade de interesse. Contudo, o que impede que o Contextualismo se perca em meio a sua fluidez é seu critério para a adequação da análise, ou critério de verdade, que é o trabalho bem-sucedido, ou seja, o sucesso em relação à realização de algum objetivo potencialmente atingível. Por isso, o Contextualismo não incentiva a ideia de “análise pela análise”, as análises são feitas somente até o ponto em que ações efetivas podem ser tomadas. Pode-se considerar que esse ponto é a possibilidade da manipulação de variáveis. Nesse sentido, tanto o Contextualismo quanto a RFT caminham para algo que a Análise do Comportamento denomina de previsão e controle.

Contudo, há algumas discordâncias por parte dos autores da RFT sobre o termo previsão e controle, sendo que esses optaram por adotar o termo previsão e influência. Os autores da RFT justificam tal mudança pautando-se em três pontos. Primeiro, o termo controle parece sugerir uma influência determinista e não probabilística. Pois, a partir do momento que se admite que o comportamento é determinado de múltiplas formas, por mais que variáveis que influenciem um comportamento possam ser identificadas, as possibilidades de influência nunca poderão ser totalmente esgotadas. Segundo, o termo controle, por vezes pode ser interpretado como ausência de variabilidade. Terceiro, o controle pode conotar controle coercitivo. Assim, para os proponentes da RFT o termo previsão e influência parece ser mais adequado (Biglan & Hayes, 2016; Hayes, Blackledge, et al., 2001).

Conforme discutido até aqui, é evidente que uma interpretação contextualista da Teoria do Comportamento Verbal é possível, baseada nas convergências entre tal teoria e o Contextualismo apresentadas neste estudo. O mesmo é possível dizer da RFT. Contudo, pode-se perceber que no que diz respeito à RFT, as convergências com o Contextualismo podem ser traçadas de forma mais evidente. Por exemplo, no parágrafo anterior onde são elucidados os argumentos dos proponentes da RFT para utilizar o termo previsão e influência ao invés de previsão e controle, é possível perceber que nos argumentos para tal mudança há concepções bastante próximas do Contextualismo, como a questão da multideterminação do comportamento e da variabilidade. Contudo, tal multideterminação e variabilidade já eram admitidas por Skinner e também são apontadas por diversos autores como uma das convergências entre a teoria skinneriana e o Contextualismo (Abib, 1994; Biglan & Hayes, 2016; Carrara, 2004; Hayes, 2016).

Além da questão da troca de previsão e controle para previsão e influência, Hayes (2016) aponta outras questões relevantes para a RFT que na visão do autor distinguem essa teoria da teoria de Skinner. Entre essas questões estão: a precisão, o escopo e a profundidade, que foram adicionados como principais dimensões do resultado; o nível psicológico de análise, que foi definido (RRAA); e o critério de verdade. O autor justifica essas questões como consequências de um exercício de extensão e explicação que a RFT buscou promover da obra skinneriana. Sendo que o objetivo da primeira teoria não é o de apenas “traduzir” conceitos que poderiam ser mal interpretados dentro da obra de Skinner. Portanto, o que se pretende clarificar, é que a RFT não se trata de uma teoria do Comportamento Verbal com nomes diferentes para seus conceitos. A começar pelo conceito de RRAA até o conceito de MDML, pode-se perceber que o conceito de operante é explorado para além do descrito na obra de Skinner, mas sem deixar de estar baseado nas definições presentes na mesma (Hayes, Blackledge, et al., 2001).

Por fim, mas não menos importante, vale ressaltar que diferentemente da teoria skinneriana a RFT não se utiliza da divisão ouvinte e falante, tão pouco se preocupa de forma importante com a definição a respeito de comportamentos abertos ou encobertos. Isso se deve principalmente à compreensão de que a partir do momento em que o ser humano desenvolve a linguagem, todo comportamento passa a ser verbal. Pois, por meio das relações arbitrárias, todo comportamento pode ser verbalmente influenciado. Portanto, caracterizar ouvinte ou falante, ou ainda, o que é comportamento aberto ou encoberto, passa a ser irrelevante para a discussão sobre o comportamento, e teorizações sobre a arbitrariedade do comportamento humano passam a ocupar esse espaço (Hayes, 2016).

Conforme já foi dito tanto a RFT, quanto a teoria do Comportamento Verbal, possuem convergências com o Contextualismo. Entretanto, grandes divergências, entre a teoria skinneriana do Comportamento Verbal e o Contextualismo, podem ser traçadas se o caminho a ser tomado em uma interpretação dessa obra for aquele apontado no primeiro parágrafo desta seção, procurando elementos fisicalistas ou até mesmo mecanicistas na obra de Skinner, interpretação que não foi adotada pelas autoras deste estudo. Assim, faz-se necessário destacar que a teoria do Comportamento Verbal e a RFT possuem várias diferenças, que perpassam por questões como a forma como abordam o comportamento operante, bem como o modelo explicativo para o comportamento verbal. Contudo, se assumirmos uma interpretação Contextualista do Comportamento Verbal, é justamente no Contextualismo em que se encontra o cerne da convergência entre as duas teorias analisadas até aqui (Hayes, 2016).

Considerações Finais

Este estudo procurou analisar os compromissos teórico-filosóficos do Contextualismo, bem como da teoria do Comportamento Verbal e da Teoria das Molduras Relacionais, e a partir disso traçar convergências e divergências entre as duas últimas. Tendo como questão norteadora o fato de a RFT propor ou não uma inovação do ponto de vista filosófico, indagando se a teoria do comportamento verbal de Skinner já oferecia uma visão Contextualista da linguagem.

Conforme discutido na última seção deste artigo, há várias questões na obra skinneriana em que podemos traçar uma clara relação com o Contextualismo. Portanto, do ponto de vista apenas do Contextualismo a RFT não é

“mais” ou “menos” contextualista que a obra de Skinner, ou apresenta uma inovação filosófica nunca antes vista da Análise do Comportamento. O que pode ser notado é uma preocupação dos autores da RFT em especificar de forma clara seus compromissos filosóficos com o Contextualismo (Hayes, 2016), o que não acontece de forma explícita na obra skinneriana, o que gera outras possíveis interpretações para os escritos deste autor. Algo que também é importante de se destacar é que há um espaço temporal considerável entre a publicação da obra *Verbal Behavior* (Skinner, 1957) e as primeiras publicações da RFT. Assim, é possível que o espaço temporal que separa as duas teorias, tenha ocasionado uma ampliação do conhecimento científico a respeito do tema, permitindo um avanço a partir das críticas destinadas a Teoria do Comportamento Verbal.

Por fim, este estudo se ateu ao Contextualismo, e não pretendeu esgotar todas as diferenças de cunho epistemológico entre a teoria do Comportamento Verbal e a RFT. Por isso, no que se refere a essas duas teorias analítico-comportamentais ainda são possíveis muitas outras pesquisas teórico-filosóficas.

Declaração de conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

Certificamos que as autoras participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autora pode ser atribuída como se segue: E. O. Silva desenvolveu a dissertação de mestrado que deu origem ao artigo, além da transposição para este formato. C. M. Melo foi a orientadora da dissertação e da transposição para o formato de artigo. Ambas as autoras foram responsáveis pela redação final do manuscrito.

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia Teoria e Pesquisa, 10*(3), 473-87.
- Bandini, C. S. M., & de Rose, J. C. C. (2006). *A abordagem behaviorista do comportamento novo*. Esetec.
- Barbosa, L. M., & Murta, S. G. (2014). Terapia de aceitação e compromisso: História, fundamentos, modelo e evidências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 16*(3), 34-49. doi:10.31505/rbtcc.v16i3.711
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Hussey, I., & Luciano, C. (2016). Relational frame theory finding: Its historical and intellectual roots and reflecting upon its future development. In R. D. Zettle, S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley handbook of contextual behavioral science* (pp.119-128). Wiley Blackwell.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Luciano, C., & McEnteggart, C. (2017). From the IRAP and REC model to a multi-dimensional multi-level framework for analyzing the dynamics of arbitrarily applicable relational responding. *Journal of Contextual Behavioral Science, 6*(4), 434-445. doi.org/10.1016/j.jcbs.2017.08.001
- Biglan, A., & Hayes, S. C. (2016). Functional contextualism and contextual behavioral science. In R. D. Zettle, S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley handbook of contextual behavioral science* (pp. 37-61). WileyBlackwell.
- Boavista, R. (2015). Teoria das molduras relacionais. In P. Lucena-Santos, J. Pinto-Gouveia, & M. S. Oliveira (Eds.), *Terapia comportamentais de terceira geração* (pp. 151-178). Sinopsys.
- Carrara, K. (2004). Causalidade, relações funcionais e contextualismo: Algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações, 9*(17), 29-54. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000100003&lng=pt&tln=pt.
- Fidalgo, A. P., & Banaco, R. A. (2014). O estudo do comportamento verbal no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 30*(3), 347-355. doi.org/10.1590/S0102-37722014000300012
- Hayes, S. C. (2016). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy, 47*(6), 869-885. doi.org/10.1016/j.beth.2016.11.006

- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1992). Some clinical implications of contextualistic behaviorism: The example of cognition. *Behavior Therapy, 23*(2), 225-249. [doi.org/10.1016/S0005-7894\(05\)80383-1](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(05)80383-1)
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual behavioral science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science, 1*(1-2), 1-16. doi.org/10.1016/j.jcbs.2012.09.004
- Hayes, S. C., D. Barnes-Holmes, & B. Roche (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Kluwer Academic.
- Hayes, S. C., Blackledge, J.T., & Barnes-Holmes, D. (2001). Language and cognition: Constructing an alternative approach within the behavioral tradition. In S.C Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche. (Eds.), *Relational frame theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 3-20). Kluwer Academic Publishers.
- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., & Healy, O. (2001). Derived relational responding as learned behavior. In S.C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 21-50). Kluwer Academic Publishers.
- Hayes, S. C., Hayes, L. J., & Reese, H. W. (1988). Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's world hypotheses: A study in evidence. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 50*(1), 97-111. [doi:10.1901/jeab.1988.50-97](https://doi.org/10.1901/jeab.1988.50-97)
- Hughes, S., & Barnes-Holmes, D. (2016). Relational frame theory the basic account. In R. D. Zettle, S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley handbook of contextual behavioral science* (pp.129-178). WileyBlackwell.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. Araújo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-68). Hogrefe.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2012). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: Mundo, homem e ética*. Esetec.
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: The world view of behavior analysis. *Journal of Experimental Child Psychology, 46*(3), 289-323. [doi.org/10.1016/0022-0965\(88\)90063-X](https://doi.org/10.1016/0022-0965(88)90063-X)
- Morris, E. K. (1993). Mechanism and contextualism in behavior analysis: Just some observations. *The Behavior Analyst, 16*(2), 255-268. [doi:10.1007/BF03392634](https://doi.org/10.1007/BF03392634)
- Morris, E. K. (1997). Some reflections on contextualism, mechanism, and behavior analysis. *The Psychological Record, 47*, 529-542. doi.org/10.1007/BF03395245
- Pepper, S. C. (1942). *World hypotheses: A study in evidence*. University of California Press.
- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2013). Introdução à teoria das molduras relacionais (Relational Frame Theory): Principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 4*(1), 32-50. doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105
- Saban, M. (2015). O que é terapia de aceitação e compromisso? In P. Lucena-Santos, J. Pinto-Gouveia, & M. S. Oliveira (Eds.), *Terapia comportamentais de terceira geração* (pp. 179-216). Sinopsys.
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research, 14*(1), 5-13. doi.org/10.1044/jshr.1401.05
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. Appleton-Century Crofts.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: Free Press. (Trabalho original publicado em 1953)
- Zettle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Biglan, A. (2016). *The Wiley handbook of contextual behavioral science*. Chichester: Wiley Blackwell.

Submetido em: 26/01/2021

Aceito em: 26/04/2021